

**A privatização do espaço e suas implicações desde a
produção do espaço de Henri Lefebvre**

***The space's privatization and its implications from Henri
Lefebvre's the production of space***

***La privatización del espacio y sus implicaciones desde la
producción del espacio de Henri Lefebvre***

Valéria Cristina Barbosa Taveira¹

Victor Hugo de Oliveira Marques²

Flávia Palhares Machado³

Paulo César Lemes de Oliveira⁴

¹ Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Advogada militante na área previdenciária e tributária. E-mail: taveiravaleria@gmail.com,
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9505-9157>

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. Graduado em Filosofia pela UCDB. Coordenador e docente dos cursos de Licenciatura em Filosofia (EAD) e do Bacharelado em Filosofia da UCDB. Pesquisador do Laboratório de Humanidades (LabuH) e dos Estudos Críticos do Desenvolvimento. E-mail: rf4456@ucdb.br,
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4366-6596>

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Anhanguera/Uniderp. Atua como Arquiteta e Urbanista em escritório próprio. E-mail: flaviapalharesmachado@gmail.com,
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2601-0771>

⁴ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: arquiteto.paulo.pc@gmail.com,
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6263-172X>

Resumo: O artigo pretende discutir um tema já muito discutido e de envergadura, qual seja, o tema do espaço. Não obstante a esta, a proposta deste estudo parte da tese de Henri Lefebvre em sua obra *The production of space* (1974), especialmente no modo como o autor sustenta a noção de “espaço social”; mas para, a partir daí, pensar o processo de transformação do espaço em propriedade privada. Para o autor, o espaço pertence ao modo *a priori* de intuir os dados *hyléticos*. Junto com o tempo, fazendo parte da sensibilidade transcendental, são condições de possibilidade para o ato do conhecimento, acentuando a dificuldade em conhecer a própria ideologia dos fenômenos apresentados. No século XX, os matemáticos adotaram um estatuto do espaço como “coisa mental” ou “espaço mental”, seguindo uma tradição filosófica, chamada platonismo, oposta à tradição categorial aristotélica defendida por Lefebvre, generalizando a compreensão de seus limites discutidos.

Palavras-chave: Henri Lefebvre; espaço social; privatização do espaço.

Abstract: The following article touches on a topic that has been much discussed and far-reaching, namely the theme of space. Notwithstanding this, the purpose of this study starts from Henri Lefebvre’s thesis in his work *The production of space* (1974), especially in the way the author supports the notion of “social space”; but to think from there on the process of transforming space into private property. For the author, space belongs to the *a priori* way of intuiting the *hyletic* data. Along with time, being part of transcendental sensibility, they are conditions of possibility for the act of knowledge, accentuating the difficulty in knowing the very ideology of the phenomena presented. In the twentieth century, mathematicians adopted a status of space as “mental thing” or “mental space,” following a philosophical tradition called Platonism, as opposed to the Aristotelian categorical tradition defended by Lefebvre, generalizing the understanding of its discussed limits.

Keywords: Henri Lefebvre; social space; space’s privatization.

Resumen: El siguiente artículo aborda un tema que ha sido muy discutido y de gran alcance, a saber, el tema del espacio. A pesar de esto, el propósito de este estudio parte de la tesis de Henri Lefebvre en su obra *The production of space* (1974), especialmente en la forma en que el autor apoya la noción de “espacio social”; Pero pensar desde allí en el proceso de transformación del espacio en propiedad privada. Para el autor, el espacio pertenece a la forma *a priori* de intuir los datos *hyletic*. Junto con el tiempo, al ser parte de la sensibilidad trascendental, son condiciones de posibilidad para el acto de conocimiento, acentuando la dificultad de conocer la ideología misma de los fenómenos presentados. En el siglo XX, los matemáticos adoptaron un estado del espacio como “cosa mental” o “espacio mental”, siguiendo una tradición filosófica llamada platonismo, en oposición a la tradición categorial aristotélica defendida por Lefebvre, que generaliza la comprensión de los límites discutidos.

Palabras clave: Henri Lefebvre; espacio social; privatización del espacio.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que segue toca em um tema já muito discutido e de envergadura, qual seja o tema do espaço. Não obstante a esta abordagem, a proposta deste estudo recai especialmente no modo como é sustentada a noção de “espaço social”; mas para, a partir daí, pensar o processo de transformação do espaço em propriedade privada. Defende-se, aqui, que o espaço, assim como o tempo, é uma noção muito discutida e pouco concluída e, portanto, deve de certa maneira ser fruto de um processo de produção.

Com essa ideia, não é difícil mostrar que o espaço, historicamente, foi privatizado. Considerando o fato de o espaço ser conceituado como uma produção e o fato de que o espaço passou por processo de privatização, pergunta-se: o espaço privado é inerente ao último estágio da história? O espaço abstrato pode ser considerado uma nova camada nessa produção histórica? Para alcançar o epíteto do texto, três etapas mostraram-se cogentes.

A primeira é a evidenciação da perda ontológica que o espaço passou quando atingiu a modernidade, tornando-se um objeto nas mãos das ciências. A desontologização do espaço permitiu que este pudesse ser subsumido pelas ciências matemáticas do século XX e reconduzido a uma representação mental (espaço mental) necessariamente independente da realidade, para qual o conhecimento é possível.

A segunda etapa, por sua vez, consiste em descrever o processo sintético do espaço, o qual é concebido como uma produção – isto é, nem é totalmente formal nem uma realidade observável – verifica-se que o espaço é relacional. O espaço é social, pois depende das relações de produção entre a consciência cognoscente dos sujeitos e suas condições materiais (físico-social).

Isto implicou uma mudança radical na própria compreensão histórica da humanidade bem como sua relação com os territórios. A ideia de um espaço social permite construir uma “história do espaço”, sob as quais estão os estágios de absoluto, histórico e abstrato. Por fim, o último estágio, o espaço abstrato, oferece as condições suficientes para uma “privatização do espaço”, tanto de fato quanto de direito.

2 DA DESONTOLOGIZAÇÃO DO ESPAÇO

O espaço, inolvidavelmente, perdeu toda e qualquer qualidade ôntica sob a qual os antigos pensadores o consideravam e tornou-se um objeto na sua concepção. Isto significa que já não mais se lida com a “*res*” espaço, mas com sua representação possível dentro de um quadro de esquematização mental tradicionalmente chamada pelos modernos de ‘sujeito’. Ademais, o espaço não somente se tornou objeto, como se tornou objeto de vários campos de estudo, evidenciando, ainda mais, sua submissão ao olhar da ciência que o vê.

Lefebvre (1991) lembra que, de acordo com a tradição aristotélica, o “lugar”¹ (termo usado por Aristóteles), assim como o tempo, era compreendido como uma das dez ‘categorias’ (*Κατηγορίαι*)² que servia para classificar as evidências apreendidas pelos sentidos, embora seu estatuto fosse incerto. Já na primeira metade do século XVI, sob a égide da Era Moderna, a lógica cartesiana concebeu a ideia de espaço dentro de um domínio absoluto: “Como um objeto defronte a um Sujeito, como uma *res* extensa oposta, e presente, a *res* cogitans, o espaço torna-se dominante, pois ele contém todos os sentidos e todos os corpos”³ (LEFEBVRE, 1991, p. 01, tradução nossa).

Isso influenciou profundamente o racionalismo moderno e a física newtoniana. Entrementes, o espaço pertencia à realidade observável, era concebido como uma “*res*” (*extensa*), em absoluto. Para Lefebvre (1991),

¹ Há dois termos usados pelos gregos para falar de espaço e de lugar. Para ‘espaço’, os gregos usavam *χώρο*, para ‘lugar’, usavam *τόπο*. De acordo com Peters (1974), Platão se referia mais a *χώρο* do que a *τόπο*, sobretudo no que tange à gênese das coisas (Cf. *Tim* 52a-c). Esta mesma concepção aparece em Aristóteles, porém nos termos da *ύλή*, por meio do qual este acusa Platão de identificar os dois termos. Aristóteles, quando fala de suas categorias, usa o termo *τόπο* e não *χώρο*. Para ele, o lugar é o limite fixo do corpo continente.

² Aristóteles entende que *categorias* são palavras as quais, em si mesmo, não são assertivas, porém, ainda que não combinadas, significam alguma “coisa”. (Cf. *Cat* IV, 1b1, 25s e 2a1, 5). No caso, a palavra ‘onde’ significa ‘lugar’. Mais adiante, Aristóteles as entende como ‘gêneros supremos do ser’, a qual nenhum outro é maior. Estas definições não deixam mais claras o problema da natureza do espaço, apenas mostra que, já em seus primórdios, a complexidade era presente.

³ No original: “*as Object opposed to Subject, as res extensa opposed to, and present to, res cogitans, space came to dominate, by containing them, all senses and all bodies*”.

Descartes é um marco importante na compreensão do espaço, quando ele confere, por meio da física e da matemática, uma realidade ontológica absoluta, pondo fim à tradição categorial aristotélica. Essa determinação abriu indagações tais como: se o espaço é de natureza divina ou uma totalidade imanente?

Porém as dúvidas com respeito à natureza do espaço, de algum modo, proporcionaram as condições ideais para seu processo de desontologização. Essa metodologia, de certa forma, tardou se comparada com a categoria do tempo. Santo Agostinho (1980, XI, 26), no final da Antiguidade, já preconizava uma percepção temporal desde a perspectiva da alma: “pelo que, pareceu que o tempo não é outra coisa senão distensão; mas de que coisa o seja, ignoro-o”. Seria para admirar que não fosse a da própria alma, mesmo não perdendo totalmente seu caráter ontológico, a concepção idealista de tempo do Bispo de Hipona irá influenciar o iluminismo alemão, bem como as discussões sobre a teoria da consciência de Bergson, Dilthey e Husserl.

Enquanto a física de Newton persiste e insiste em um tempo e um espaço, absolutos, advindos da filosofia cartesiana. a filosofia iluminista alemã, por outro lado, aposta na recondução de ambos para os limites da subjetividade transcendental, alcançando, assim, a perda de seu estatuto ontológico. Kant recuperou a noção aristotélica de *categoria*, porém compreendendo-a, agora, desde os limites da razão pura.

O espaço pertence ao modo *a priori* de intuir os dados *hyléticos*. Junto com o tempo, fazendo parte da sensibilidade transcendental, são condições de possibilidade para o ato do conhecimento. A filosofia alemã decide conduzir sua discussão espacial em termos não ontológicos, mas epistemológicos. Com a apropriação do termo ‘espaço’ pelos modernos matemáticos – bem como do tempo, como nota Lefebvre (1991) – se acentuou a dificuldade em estabelecer um estatuto próprio para a sua compreensão.

No século XX, os matemáticos adotaram um estatuto do espaço como “coisa mental” ou “espaço mental”⁴, seguindo uma tradição filosófica, chamada platonismo, oposta à tradição categorial aristotélica (LEFEBVRE, 1991). Essa noção de espaço mental, por seu turno, generalizou-se sem

⁴ “*Mental thing*” e “*mental place*”, conforme tradução para a língua inglesa.

que fossem lhe impostos limites, proliferando múltiplos espaços (literário, cultural, ideológico etc.), sem nenhuma reconciliação com a concepção física de espaço como propriedade observável presente na física newtoniana.

A desontologização do espaço efetuada pelo espírito moderno das ciências, sobretudo, das matemáticas, transforma o espaço em uma “coisa mental” (LEFEBVRE, 1991). Essa noção o concebe mais como uma representação possível do que uma adequação a uma realidade. Rompe-se com a tradição realista de percepção do espaço e abre-se para uma nova forma de lidar com ele. Em outras palavras, o ambiente como uma coisa mental passa a ser um objeto em sentido moderno.

3 DO ESPAÇO OBJETO PARA O ESPAÇO RELACIONAL

O espaço como objeto das ciências (pura representação, ou coisa mental) não prescinde de determinações, pois já não é mais percebido em nenhuma realidade sensível ou eterna. É ele, agora, como um conceito necessário das ciências, que permite espacializar a realidade. A objetivação do espaço desde a epistemologia moderna abriu a possibilidade de fazer o caminho de volta, ou seja, reconectá-lo à realidade – saindo do idealismo matemático; entretanto, não mais o recebendo por meio de dados empíricos, e sim reconstruindo a própria realidade. Esta é a proposta de Lefebvre em sua obra *The production of space*.

A obra do início da década de 70, segundo Schmid (2012), não causou tanto impacto na época de sua publicação quanto seus textos sobre o marxismo, a vida cotidiana e a cidade. Porém, de uns tempos para cá, a temática sobre o espaço começa a ganhar fôlego, e sua obra ganha o devido espaço. Nessa obra, prossegue a comentadora, há três traços do autor que foram negligenciados: um conceito de dialética triádica baseada em Hegel, Marx e Nietzsche; uma teoria da linguagem baseada em Nietzsche; e a influência da fenomenologia francesa, como Merleau-Ponty e Bachelard, mais do que as discussões com Heidegger.

Lefebvre (1991) já apontava a complexidade de significados e sentidos do espaço. O espaço, portanto, deveria ser delineado por meio de uma “teoria unitária”, cujo “objetivo é descobrir ou construir uma unidade

teórica entre os ‘campos’ aos quais são apreendidos separadamente [...] Os campos aos quais concernimos são, primeiro, o *físico* – natural, o Cosmos; segundo, o *mental*, incluindo as abstrações lógicas e formais; e terceiro, o social” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

A questão, pergunta o autor, que área do conhecimento faria essa unidade entre os campos? Ainda que Lefebvre (1991) rejeite a filosofia como campo aglutinador, sua proposta inevitavelmente passa por ela. Segundo ele, uma teoria unitária do espaço deveria ser uma noção universal e, ao mesmo tempo, concreta. Esta, por sua vez, é encontrada na filosofia de Hegel: “o universal concreto”⁵.

Na esteira de Marx, Lefebvre (1991) aceita que o conceito socioeconômico de “produção” ou “ato de produção”, oriundo do materialismo histórico, estaria em consonância de modo estrutural com a ideia hegeliana de “universal concreto”⁶. O que se pretende, explica o filósofo, “é fazer

⁵ Segundo Hegel (1982), na sua obra *Ciência da Lógica*, o *conceito* deve ser compreendido em sua universalidade, particularidade e singularidade. A universalidade do conceito implica tanto na particularidade quanto na individualidade. A particularidade é, em si mesma, a negação ou a determinação da universalidade, que implica a individualidade. Deste modo, Hegel (1982) explica que quando abstraímos, fazemos a seguinte divisão: separamos as propriedades concretas (individuais) das propriedades abstratas (universais). Nesta separação, de algum modo, alcançamos uma *universalidade* pela sua forma abstrata, porém, não uma universalidade absoluta, mas apenas uma *universalidade determinada* ou *concreta*, pois seu conteúdo ainda se mantém individual. Neste caso, o fruto de uma abstração, a universalidade concreta, não pode ser totalmente distinto da universalidade absoluta, já que, na abstração, se alcança aquilo que a *coisa é em si*, porém não na forma absoluta. Hegel (1982) quer sustentar que ainda que a universalidade concreta se distinga por conteúdo (individual) da universalidade absoluta (abstrata), elas se mantêm idênticas pela forma. Nos termos do autor: “*Pero la diferencia de esta individualidad de sus productos con respecto a la individualidad del concepto consiste en lo siguiente: que en aquéllos lo individual como contenido y lo universal como forma son diferentes entre ellos – precisamente porque aquel contenido no está como forma absoluta, como el concepto mismo, o bien porque esta forma no está como totalidad de la forma*” (HEGEL, 1982, p. 300).

⁶ Marx ridicularizou o idealismo do método especulativo de Hegel e argumentou que as alegações de Hegel para derivar frutos particulares da Fruta universal eram meras afirmações vazias. Uma vez que a Fruta universal não tem conteúdo, não possui propriedades próprias, ela não pode ser usada para derivar as propriedades das frutas particulares. O método especulativo só pode parecer derivar as propriedades das frutas particulares “dando nomes a estas propriedades” e afirmando que estes nomes das coisas reais são (de

reencontrar as contradições: uma noção abstrata (lógico-matemática) do espaço com as práticas sociais”⁷.

Nesse sentido, o espaço continua deixando de existir “em si mesmo”, como uma realidade ontológica autônoma e seria fruto das *relações de produção* (o que para um matemático ou para um filósofo seria bizarro). Isto significa que ele é um aspecto integral da prática social, é *produzido* pelas interações sociais, culturais, temporais, simbólicas e principalmente políticas, por meio das quais se projetam territorialidades. Ao mesmo tempo, é pré-condição da própria sociedade. Essa ideia do espaço como fruto de uma produção é denominada de espaço social⁸.

Schmid (2012, p. 91) comenta que “o espaço representa simultaneamente, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social”. Cada sociedade e cada modo de produção, com suas especificidades, produzem um espaço próprio formado por lugares apropriados às práticas e às relações

alguma forma) “criados” pela Fruta (p. 81-2)¹¹. No entanto, Marx eventualmente utilizou uma estrutura lógica que é semelhante aos momentos do Conceito de Hegel (a natureza do universal é pressuposta na subsequente determinação das formas particulares de si) em sua teoria da produção e distribuição de mais-valia, sem o universal idealista e com um universal (trabalho abstrato) materialista... (MOSELEY, 2016, p. 21).

⁷ Para uma compreensão mais detalhada da relação entre o espaço mental e a prática social, está em jogo a “dialética tridimensional” Hegel, Marx e Nietzsche de Lefebvre desenvolvida durante suas obras e postas em prática na *The production of space*, sendo complementemente desenvolvida na obra *Retour de la Dialectique*. De modo sintético, a dialética lefebvriana de explicação do espaço produzido implica, por um lado, (sob uma influência mais da linguagem) um espaço que aparece como uma prática social, que será representado simbolicamente, e depois ganhará força simbólica tal que reconfigurará as relações sócio-simbólicas. Por outro, (sob uma influência mais fenomenológica) o espaço é percebido, concebido e vivido (SCHMID, 2012).

⁸ A visão de Lefebvre claramente influenciou outros teóricos como Teixeira Coelho e Milton Santos. Coelho Netto (1999) afirma que os espaços não são jamais neutros, vazios ou carentes de significados e que os processos de significação dos espaços são complexos e abertos e abrangem as relações sociais que neles se dão bem como as representações dos sujeitos elaboradas individualmente a partir das relações com os demais e com o meio ao qual estão inseridos. Santos (2014), por sua vez, afirma que o espaço é uma realidade relacional, onde se encontram diversos arranjos de objetos geográficos, naturais e sociais nos quais se desenrola a vida de sujeitos ou dos grupos aos quais estes sujeitos pertencem e que são mediadas através do trabalho humano.

sociais de reprodução – determinadas pelas relações entre os sexos, entre grupos demográficos e pelas diversas organizações familiares.

Ademais ele distingue e ‘localiza’ as funções sociais (produção e reprodução) que estão imbricadas e não se separam, uma vez que a divisão do trabalho repercute na organização familiar e nela se sustenta, e esta, de igual maneira, interfere na divisão do trabalho. Nos termos do autor: “Na verdade, o espaço social “incorpora” ações sociais, ações de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem” (LEFEBVRE, 1991, p. 33, tradução nossa)⁹.

Isto significa que o espaço enquanto produto (social) não é absoluto, como pensavam Descartes e Newton, muito menos *a priori* como queria Kant, mas relacional e profundamente histórico. As transformações dos modos de produções ocorrem de maneira dialética e o mesmo tempo, isso ocorre com o espaço social: os lugares vão sendo produzidos sob as novas demandas dos novos modos de produção (percepção), que serão simbolizados e decodificados (concebidos) pelos indivíduos e gerarão novas produções espaciais, desde essas representações (vividos).

Dessa forma, deve-se admitir uma “história dialética do espaço” a partir da qual se pode perceber sua produção e reprodução material, formal e representativa totalmente distinta do encadeamento ou sucessão dos fatos e acontecimentos históricos. Esta tampouco pode ser periodizada tal e qual a história dos demais aspectos de uma sociedade (LEFEBVRE, 1991). Muito menos deveriam ser confundidas com a história das ideias de espaço pertencente à filosofia, à matemática ou mesmo outras ciências como a geografia.

Uma história dialética dos espaços implica necessariamente uma descrição prévia do que o autor compreende por dialética, a fim de evitar leituras distorcidas. Schmid (2012) explica que o que Lefebvre compreende por conflito tem semelhanças com a dialética hegeliana no que tange à sustentação das contradições. Por outro lado, diverge na hora de interpretar a noção de subsunção. Ao evidenciar as diferenças entre a noção de dialética, o comentador mostra que, para Hegel, a negação da negação (a subsunção),

⁹ “In reality social spaces ‘incorporates’ social actions, the actions of subjects both individual and collective who are born and who die, who suffer and who act”.

além da função de negar, tem a função de conservar o negado, devolvendo-o ao seu estado original, mas, também, alcançando seu destino final (*telos*).

Distintamente, para Lefebvre, a subsunção é entendida como “transformação”. Há o momento da superação e da conservação, porém não como uma volta a um estágio original modificado, mas na resolução da contradição por uma modificação em razão da própria superação e conservação. Schmid (2012, p. 93) comenta: “Na suprassunção há sempre um risco, um possível fracasso e, ao mesmo tempo, uma possibilidade- uma promessa”

A aplicação dialética para a história da produção do espaço em Lefebvre (1991) tem como marco a ideia de um “espaço absoluto”, espaço povoado socialmente a partir de forças políticas e religiosas. Este é produzido por fragmentos da natureza que tem seus atributos incorporados simbolicamente às práticas sociais para as quais é consagrado. Esses espaços dão lugar a ritos e cerimônias consagrados à reprodução das forças sociais e, para isso, evocam as forças da natureza, ou seja, são espaços de representação altamente simpatizados.

Podem ser uma caverna, uma clareira em meio à floresta, uma nascente, uma fonte, um rio, uma floresta: um espaço natural cujo sentido é construído a partir das relações entre as forças políticas e religiosas e as forças da natureza. A partir do espaço absoluto, prossegue o autor, origina-se o “espaço histórico”, um espaço apropriado pelas sociedades pré-capitalistas. Ele está assentado sobre o espaço absoluto e, ao mesmo tempo, o contrapõe, permanece como uma camada ou um sedimento, relativizando as relações políticas e religiosas e materializando as suas representações a partir do trabalho humano.

Seria o espaço constituído a partir do modo de produção feudal e de suas variantes ou particularidades locais, por exemplo, espaço de castelos, catedrais, mosteiros fixados em meio à paisagem transformada pelas comunidades camponesas e pela rede de comunicação, de caminhos e estradas que começava a se construir (LEFEBVRE, 1991). As transformações para o modo de produção capitalista promoveram novos sentidos para a atividade produtiva e para o trabalho, desligando-os das representações do mundo e da vida social, política e religiosa e da sua reprodução social.

Elas erigiram um novo espaço que passou a constituir, ele próprio, um objeto significável e mensurável, passível de quantificação. O ambiente deve ser produzido desde a perspectiva da troca e não mais do uso – o que é essencial para compreender a tese deste artigo. Este espaço assenta-se sobre os demais (absoluto e histórico), os quais permanecem como vestígios ou suporte para este novo espaço, ao qual Lefebvre (1991) atribui um caráter abstrato e por isso lhe denomina “espaço abstrato”.

O espaço produzido a partir do modo de produção capitalista distancia e subjuga a natureza, transforma-a em recurso, atribuindo-lhe valor (passível de troca), condenando o espaço histórico em registro nostálgico – cujos conteúdos, sentidos ou significados originais vão sendo eliminados ou esquecidos. Esse espaço é produzido analogamente à produção industrial: o espaço-objeto-produto é homogeneizado para que possa ser fragmentado, vendido, trocado ou comprado, reduzindo as diferenças apenas àquelas que podem ser quantificadas monetariamente.

Esses espaços são repetitivos como são os gestos dos trabalhadores, e especializados tal e qual as etapas de produção industrial. Assim como os trabalhos na divisão social e suas técnicas, os espaços também se tornam especializados, separados em partes cujas localizações e funções são distintas, indiferentes à escala: nas habitações (nas máquinas de morar, enunciadas por Le Corbusier no princípio do século XX), nas cidades (exemplificando-se através dos zoneamentos urbanos) ou ainda globalmente (através da especialização produtiva de países e regiões).

4 O ESPAÇO SOCIAL E A SUA PRIVATIZAÇÃO

O espaço visto como “produção” – o espaço social – como propõe Lefebvre (1991) pode ser vinculado à própria prática da produção humana. Isso significa que uma análise social do espaço, tal como propõe o autor, não está alheia às implicações que a prática da produção capitalista propõe, ou seja, não consegue escapar das fissuras internas que o sistema capitalista propõe. Nesse sentido, a produção do espaço, em sua terceira camada (ou momento), por assim dizer – o espaço abstrato – não escapa de uma consequência fulcral: sua inevitável privatização.

Ao contrário, é pré-condição para essa prática social. A pergunta que fica é: se um espaço privatizado seria um traço inerente ao espaço abstrato ou ele já teria contradições tais que representaria um novo momento na produção do espaço. Dependendo da resposta, as possibilidades se bifurcam. Uma privatização do espaço como traço do espaço abstrato necessariamente deve ser tomada como algo inerente e inevitável desse tipo de produção.

Por outro lado, se o espaço privado é uma consequência, ou uma nova fase, cabe à própria produção humana decidir se deve reproduzi-lo ou não em suas condições, oferecendo novas relações. Mas antes, vamos reconstruir primeiro o processo de privatização do espaço. Ampliando a perspectiva de Lefebvre (1991), é possível dizer que a ideia de uma privatização do espaço não é anterior à fase abstrata do espaço (se pensada como uma prática social racional institucionalizada), como se pode ver nas palavras de Barroso (2018, p. 29):

No princípio era a força. Cada um por si. Depois vieram a família, as tribos, a sociedade primitiva. Os mitos e os deuses – múltiplos, ameaçadores, vingativos. Os líderes religiosos tornaram-se chefe absolutos. Antiguidade profunda, pré-bíblica, época de sacrifícios humanos, guerras, perseguições, escravidão. Na noite dos tempos, acendem-se as primeiras luzes: surgem as *leis*, inicialmente morais, depois jurídicas. Regras de conduta que reprimem os instintos, a barbárie, disciplinam as relações interpessoais e, claro, protegem a propriedade. Tem início o processo civilizatório. Uma aventura errante, inacabada. Uma história sem fim.

Desde os primórdios das primeiras produções humanas, há o império da força, advindo daí o que se conhece por família/sociedade. Sem entrar no mérito das questões inerentes ao problema do Estado (se ele é um mal necessário, se é o responsável pela corrupção humana, uma superestrutura social de proteção de determinadas classes e alienação de outras, se é um mito moderno, etc.) (cf. BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998), foi dessas aglomerações humanas que se produziram um organismo político, cuja característica central é a produção de códigos reguladores do comportamento humano¹⁰. Dentre esses marcos regulatórios, aparece a ideia de “privado”.

¹⁰ Interessante apontarmos os ensinamentos de *Rousseau*: um homem poderá se apode-

Rousseau, por outro lado, alertava para a ideia de “privado” desde outra ótica, isto é, desde a desigualdade entre os humanos:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para acreditá-lo, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor, estarei perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”. Porque essa ideia de propriedade, dependendo muito de ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de repente no espírito humano, foi preciso fazer muitos progressos, adquirir muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de idade em idade, antes de chegar a esse último termo de estado de natureza. (ROUSSEAU, s.d., p. 91).

Para Rousseau, a propriedade privada é fruto das práticas sociais, uma relação – de posse, mas também de troca – com a terra. O espaço é construído agora sob a prerrogativa de um processo de abstração que dependeu de mudanças sociais (por meio de um imperativo tecnológico), mas também por transformações políticas e econômicas, sobretudo com o surgimento do sistema capitalista.

Como ficou claro no fragmento de Rousseau: “essa ideia de propriedade [...] não se formou de repente no espírito humano, foi preciso *ser feito muitos progressos* [...]”. Em outras palavras, foi uma *produção*, tal como Lefebvre (1991) sustenta a respeito do espaço social. Houve, sem dúvida, um processo de “privatização do espaço”.

Ademais, não se podem negar os questionamentos feitos por Rousseau como: o que justificaria a obediência dos mais fracos em prol dos

rar os frutos colhidos por outro, da caça que o outro matou, do antro que lhe servia de asilo; mas, como poderá conseguir fazer-se obedecer? E quais poderiam ser as cadeias da dependência entre homens que não possuía nada? Se me expulsam de uma árvore, estou livre para ir para outra; se me atormentam em um lugar, quem me impedirá de passar para outro? O que nos levaria a obediência? A não resistência? Seria a liberdade um mero pedaço de pão? E, essa liberdade é fruto do conflito entre a resistência dos mais fracos e a imposição dos mais fortes? Tanto num como em outro caso, não podemos deixar de acreditar na real existência da desigualdade humana (N. do A.).

mais fortes, ao “respeitar” um limite subjetivamente posto? Predominância do estado de natureza?

O desenvolvimento da sociedade ainda se mantém como justificativa para a propriedade privada? Seriam, então, os atos de pura abstração, tais como guerras, crimes, horrores, os verdadeiros motivos da produção de um espaço privado? Ou a privatização do espaço já pode ser considerada outra ‘camada’ dentro da história do espaço pensada por Lefebvre (1991)?

Desse modo, a concepção de espaço está totalmente relacionada com o surgimento da propriedade, ou as relações sociais estabelecidas pelo homem e os espaços sociais. A grande dificuldade de estabelecer distinções entre público e privado decorre dessa relação antagônica de supremacia dos interesses públicos sobre o espaço particular cuja inobservância acarreta a extinção dos métodos de sobrevivência no sistema capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio deste opúsculo foi evidenciar, a partir da leitura que Lefebvre oferece a respeito do tratamento histórico do espaço, o problema de pensar a privatização do espaço. Pouco até hoje se conseguiu avançar sobre o *status* do espaço. Três são os momentos que puderam ser identificados neste estudo para a concretização do espaço: a desontologização do espaço e seu progressivo processo de objetivação; da objetivação para o espaço social e, por fim, do espaço social à sua privatização.

O primeiro momento evidenciou como o espaço saiu de uma percepção ingênua para uma percepção epistemológica, ou seja, em vez de o ambiente disputar um *status* frente aos entes – cujos problemas de sua natureza só contribuíram para distanciar ainda mais esta questão – compreendeu-se que ele deveria estar vinculado à própria percepção. O lugar deve cumprir seu papel epistemológico, não apenas de ‘especializar’ a percepção, como também de sustentar o terreno das ontologias regionais. A ideia de ‘espaço mental’ garante-lhe certa objetividade sem adentrar em querelas metafísicas.

O segundo momento, desde uma perspectiva hegeliana, pode ser concebido como uma síntese, já que o espaço já nem mais é reconduzido a certa

realidade observável, mas, por outro lado, também não deve ser pensado totalmente sem nenhuma relação com os elementos físicos e sociais. Isso foi demonstrado com a proposta de Lefebvre do espaço social: um ambiente produzido, desde a perspectiva hegeliana de um universal concreto. O lugar não deixa de ser concebido como uma categoria lógico-formal das ciências matemáticas, mas também não deixa de estar em constante processo de transformações pelas dinâmicas histórico-sociais. O espaço é uma produção e, por consequência, é social.

Reconduzir o espaço à ideia de produção permitiu reconstruir a própria história da humanidade, e é dentro do que Lefebvre chama de espaço abstrato que aparece o espaço privado. Uma vez que o espaço é produção, também é a privatização. Um espaço privado não haveria de ser considerado originariamente, tampouco deveria ter um *status* sem grandes problemas. A privatização do espaço, de algum modo, está em conformidade à história do espaço de Lefebvre e se manifesta em sua terceira camada: o espaço abstrato.

A pergunta que aqui se abre é se a privatização do espaço é apenas uma caracterização do espaço abstrato ou se ela pode ser considerada uma nova camada (momento de produção). A compreensão do espaço privado inerente ao espaço abstrato tenderia à aceitação do espaço social e de seu percurso histórico. Se a abstração do ambiente permitiu sua privatização, em um momento que a produção histórico-social se der de modo diferente, a particularização do espaço tenderá a seguir a mesma subsunção.

Porém este é um paradigma que não é tão simples de se sustentar. O contrário do exposto acima – a privatização do espaço ser autônoma ou mesmo já uma própria ruptura do espaço abstrato – evidencia uma quebra da lógica lefebvrea. Não há dúvidas de que a privatização do espaço tem relações fundamentais com o momento da abstração do ambiente, porém pensar este primeiro como um momento distinto ou consequente é reconhecer que uma determinada produção se consolidou: a produção capitalista. Qual é de fato o espaço capitalista: o espaço abstrato (do capital) ou o espaço privado (relação posse-troca)?

Aparentemente parece esse dilema ser um pseudo-dilema, e a resposta é simples: um não está afastado do outro. Porém o que se percebe em

termos de compreensão econômica não é antagônico, sendo perfeitamente aceitável um sistema capitalista que até tenha maiores políticas sociais, maiores distribuições de rendas, mais intervenção estatal na propriedade privada. Porém não se vê um capitalismo em que se negocia a propriedade individual. Qual é realmente o espaço do capitalismo: o abstrato ou privado?

Parece que, em momentos de expansão da economia financeira, a virtualidade tende a hegemonizar-se pelo modo globalizado de lidar com os institutos. Dá-se a impressão de que a ideia de “global” subsume a ideia de “particular”, tendendo a crer que o espaço privado é apenas um momento do espaço abstrato. Porém o local onde os lucros se depositam, as contas bancárias nas quais os números só crescem, estes são muito bem delimitados e muito bem localizados. A virtualização e a liquidez podem atingir muito bem várias partes da sociedade, porém não conseguiram liquefazer as grandes fortunas que continuam privatizando os espaços e consolidando seu poder real.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões: de magistro*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

ARISTÓTELES. *Categorias*. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

COELHO NETTO, J. Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DRUMMOND, John J. *Historical Dictionary of Husserl's Philosophy*. Disponível em: <https://www.pdfdrive.com/historical-dictionary-of-husserls-philosophy-e20162039.html>.

HEGEL, Georg W. *Cincia de la lógica*. 5. ed. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1982.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Tradução Donald Nicholson-Smith. Londres: Blackwell, 1991.

MOSELEY, Fred. O universal e os particulares na lógica de Hegel e em O Capital de Marx. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 14-43, 2016.

PETERS, Francis Edward. *Termos filosóficos gregos*. Um léxico histórico. Tradução Beatriz R. Barbosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

ROUSSEAU, Jean Jaques. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Tradução Maria Lacerda de Moura. Edição Ridendo Castigat Mores. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

